



A aplicação da Lei nº 11.340/2006 – “Lei Maria da Penha” – e sua efetividade: uma análise a partir da realidade da DEAM do Município de Campos dos Goytacazes/RJ

Nágila Coutinho Gomes Paiva, Shirlena Campos de Souza Amaral

A Lei nº 11.340 foi instituída legalmente no Brasil no dia 07 de agosto de 2006. Comumente conhecida como “Lei Maria da Penha”, possui o objetivo de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, fenômeno social que ainda persiste e retira de maneira inaceitável os Direitos Humanos Fundamentais das mulheres. O seu advento legal não surgiu ao acaso, mas mediante intensa luta de Movimentos Feministas que pressionaram o Estado em prol da elaboração de políticas públicas com viés afirmativo. O intento, pois, desta pesquisa é averiguar a aplicação da referida lei e sua efetividade no Município de Campos dos Goytacazes/RJ, a partir da realidade da Delegacia de Atendimento a Mulher (DEAM). Para tal, será utilizada a metodologia quanti-qualitativa, visando à análise de dados referente às notícias de crime que se associam à Lei e que se encontram alocadas na referida instituição, bem como, entrevistas semiestruturadas junto aos operadores do direito. Em virtude de a pesquisa encontrar-se em desenvolvimento, especificamente, em fase de elaboração dos instrumentos de coleta de dados, ainda não são possíveis à exposição de resultantes em caráter conclusivos. Contudo, salienta-se, pelo seu desenrolar, de antemão, a importância de estudos sobre a violência doméstica, por tratar-se de um problema que emergiu da esfera privada para a ordem social, oriundo de uma organização social estruturada sobre os pilares da desigualdade de gênero, sendo uma questão de caráter multidimensional, com vieses político, cultural, educacional e jurídico, ratificando a importância de pesquisas nesses moldes, o que possibilitará a compreensão sobre a temática, colaborando para os estudos acadêmicos e fornecendo contribuições às alternativas para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Palavras-chave: Políticas públicas afirmativas, Violência doméstica contra a mulher, Lei Maria da Penha.

Instituição de fomento: UENF.